



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E CULTURA NO GOVERNO BOLSONARO – ASFIXIA E DESTRUIÇÃO PELA VIA ORÇAMENTÁRIA

ELAINE ROSSETTI BEHRING¹
THYAGO MARTINS²
MARIA CAROLINA CORRÊA DOS SANTOS²

RESUMO: O trabalho analisa três funções do orçamento público federal entre os anos de 2019 e 2022 – educação, ciência e tecnologia e cultura – a partir da investigação de dados primários na Plataforma Siga Brasil. Os dados revelam um evidente desfinanciamento das três funções ao longo da gestão Bolsonaro, como uma objetivação de seu projeto destrutivo para as três áreas – na primeira, destacadamente o ensino superior – o que se entrecruza com a ciência e tecnologia, que tem profundos vínculos com a universidade pública. Na área da cultura, temos um orçamento intencionalmente pífio, resultado da profunda incompreensão e desprezo do projeto em curso com essa dimensão central da vida social, econômica e política. O desfinanciamento nessas três funções hipoteca a autonomia, a soberania e o futuro do Brasil, caso não haja uma efetiva mudança neste rumo dos acontecimentos.

Palavras-chave: orçamento público, fundo público, governo federal, educação e ensino superior, ciência e tecnologia, cultura.

ABSTRACT: The work analyzes three functions of the federal public budget between the years 2019 and 2022 – education, science and technology, and culture – from the investigation of primary data on the Siga Brasil Platform. The data reveal an evident lack and funding of the three functions throughout the

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

2 Estudante de Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

Bolsonaro administration, as an objectification of his destructive Project for the three areas – in the first, notably higher education – which intertwines with science and technology, which have deep links with the public university. In the area of culture, we have an intentionally meager budget, the result of the profound misunderstanding and contempt of the ongoing project with this central dimension of social, economic and political life. The defunding of these three functions mortgages the autonomy, sovereignty and future of Brazil, if there is not an effective change in this course of events.

Keywords: public budget; public fund, federal government; education, higher education, Science and technology, culture.

Introdução

O presente estudo é um resultado parcial do amplo levantamento que vimos realizando acerca do orçamento público do governo federal entre os anos de 2019 e 2022. Aqui estão em foco os gastos em três funções orçamentárias: Educação, Ciência e Tecnologia e Cultura. Como veremos adiante, estas áreas foram duramente atingidas com diminuição e/ou cortes de recursos no entrecruzamento de dois processos que vêm dando a direção da alocação dos recursos públicos no país: o ultraneoliberalismo do projeto econômico em curso desde o Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95 e outras medidas) e aprofundado por Paulo Guedes e sua equipe; e o neofascismo, que em sua “guerra cultural” e subserviência internacional na esfera da produção de conhecimentos, buscou asfixiar essas áreas pela via orçamentária, ainda que não exclusivamente. Os resultados, como iremos problematizar nas linhas que seguem, têm sido destrutivos: uma verdadeira hipoteca do futuro. E só não foram ainda piores em função das resistências que houve no período, a exemplo do “tsunami da educação” (2019), dentre outras manifestações e movimentos, bem como pelos impactos da pandemia que paradoxalmente colocaram em evidência a

importância da ciência e do ensino público em todos os níveis. Ainda assim, a sanha dos exterminadores do futuro permaneceu. Vejamos os dados orçamentários, já que direitos e as políticas públicas que os materializam só podem existir se houver alocação de fundo público, sem o que são apenas declarações de intenção.

1. Educação, Universidade pública e Ciência e Tecnologia no Brasil.

O Brasil tem vivido uma condição geral de ajuste fiscal permanente há quase três décadas. Todavia, a partir do golpe de Estado de novo tipo de 2016 (DEMIER, 2017), nos encontramos sob um novo regime fiscal ultraneoliberal, com impactos deletérios sobre o financiamento das políticas públicas o que atinge a Educação, destacadamente o ensino superior (que abriga a maior parte da pesquisa no país), e a Ciência e Tecnologia. A CAPES e o CNPq, instituições de apoio à pós-graduação e pesquisa estão no olho do furacão, o que vem comprometendo fortemente a produção de conhecimento. A Emenda Constitucional n. 95 (BRASIL, 2016) – que limitou a expansão dos gastos primários à inflação do ano anterior por vinte anos – e outras medidas de ajuste agravaram em muito a condição de desfinanciamento que já vinha ocorrendo.

Em pesquisa no orçamento federal (OGU), disponível na Plataforma Siga Brasil do Senado Federal – Painel Especialista, e que monitora sua execução quase em tempo real, nos debruçamos sobre as funções Educação e Ciência e Tecnologia, entre os anos de 2019 e 2022. Vejamos tabela que segue:

Tabela 1
Funções Educação e Ciência e Tecnologia no OGU (2019 a 2022) em Bilhões R\$

Função	2019		2020		2021		2022	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago*
Educação	148,7	116,4	133,3	105,2	136,5	105,9	134,6	60,1
Ciência e Tecnologia	9,3	7,8	8,9	7,3	10	5	13,8	3,4

Fonte: Siga Brasil, Elaboração Própria. Dados deflacionados pelo IPCA. *Pago até julho de 2022

O exame da função Educação nos mostra um orçamento autorizado com perda de R\$ 15,4 bilhões entre 2019 e 2020, com quase nenhuma recomposição nos anos seguintes,

ou seja, uma estabilidade dos recursos nivelada por baixo. Os recursos efetivamente pagos mantiveram-se sempre abaixo do autorizado - diferenças próximas a R\$ 30 bilhões -, e com uma perda de R\$11,2 bilhões entre 2019 e 2020. A execução do orçamento da Educação também se estabiliza, nivelada por baixo nos anos seguintes. Como percentual dos gastos primários da União em anos completos de exercício, temos que em 2019, a educação ocupou 4,9% do OGU, 2020, 3,6% - o que revela o quanto a área foi comprometida no primeiro ano da pandemia, para além do ajuste fiscal – e em 2021, 4,7%.

Já a evolução dos recursos em Ciência e Tecnologia é um pouco diferente, pois o executado se aproxima do autorizado nos dois primeiros anos e embora haja certa recomposição pífia do autorizado em 2021 e 2022, a execução cai drasticamente em 2021 e tudo indica que será desastrosa em 2022. Vale dizer que estes recursos em volumes baixíssimos são estratégicos para qualquer perspectiva de autonomia e futuro do país. A função Ciência e Tecnologia oscilou entre 0,34% dos gastos primários da União em 2019 e 0,24% em 2021.

Observemos agora duas subfunções centrais dentro da Educação, o Ensino Superior e a Educação Básica, conforme a Tabela 2:

Tabela 2
Subfunções Ensino Superior e Educação Básica no OGU (2019 a 2022) – Bilhões de R\$

Subfunções Educação	2019		2020		2021		2022	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Ensino Superior	44,8	37,4	41,6	34,7	37,9	31,7	36,4	18,1
Educação Básica	104	88,2	99,4	79,7	116,9	97,4	126	73,1

Fonte: Siga Brasil, Elaboração Própria. Dados deflacionados pelo IPCA. *Pago até julho de 2022

Aqui salta aos olhos o desmonte da universidade pública. A subfunção Ensino Superior foi uma das mais comprometidas, no contexto dos cortes e contingenciamentos do OGU. Houve perda de recursos autorizados de 2019 para 2020 da ordem de 3,2 bilhões, o que é seguido de certa estabilidade nivelada por baixo na autorização de gastos. No entanto a execução orçamentária não acompanhou a autorização em nenhum dos anos analisados, caindo em R\$ 5,7 bilhões entre 2019 e 2022. A baixa execução em 2022 anuncia a tragédia que analisaremos adiante. Mas a Educação Básica também não viveu tempos melhores.

Diferente do que pensam aqueles que acusam o ensino superior público de perdulário e comprometedor da educação básica – um argumento de eterno retorno dos arautos da privatização – as crianças que estudam na escola pública também vem penando com baixo aporte de recursos, diante do que deveria ser prioridade. Sempre menos que a autorizada, a execução orçamentária nessa subfunção esteve abaixo de 100 bilhões ao longo desses anos. Sendo que 2020 foi o pior deles, exatamente quando deveríamos ter um grande investimento para que os estudantes pudessem acessar o ensino remoto em tempos pandêmicos, bem como a merenda escolar.

Antes de prosseguir, analisamos também os recursos destinados para a CAPES e o CNPq, instituições decisivas para o financiamento da pós-graduação e da pesquisa no país, e que mobilizam milhares de bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado e para pesquisadores. A CAPES compõe o orçamento da função Educação, oscilando entre 3,89% (2019), 3% (2020) e 2,95% (2021) do conjunto dos recursos. Já o CNPq compõe a função Ciência e Tecnologia, e oscilou entre 16,64% (2019), 15,90% (2020) e 20,88% (2021) dos recursos dessa função nos anos completos de exercício. No caso da CAPES temos um decréscimo dos recursos autorizados e certa recuperação pífia nos pagos. Já no CNPq, houve uma tendência de gastar todo o recurso alocado ao longo dos anos, entretanto é evidente que o volume de recursos disponibilizado é irrisório. Poderíamos falar de uma tendência de congelamento com queda suave. Assim, concordamos com Behring e Mendes, quando afirmavam em 2021 que “a maior parte desse orçamento é para a formação e o suporte de recursos humanos, mostrando porque os laboratórios, de todas as áreas e instituições, vivem à míngua no Brasil, sobretudo quando não cedem às pressões do mercado”. A Capes teve 4.798 bolsas de pesquisa cortadas, afetando atividades em andamento. As pesquisas foram prejudicadas também com a suspensão de editais do CNPq aprovados desde 2018, o que envolveu quase três mil bolsas de várias modalidades. Importante frisar que esses cortes na pesquisa do país impactaram o início da pandemia da Covid-19, momento em que o país deveria voltar-se para o enfrentamento ao vírus. É exatamente neste momento que estivemos diante do desmantelamento da pesquisa científica brasileira. A Tabela 3 reúne os dados extraídos:

Tabela 3
Orçamento da CAPES e CNPq (2019 a 2022) – Bilhões de R\$

Unidades Orçamentárias	2019	2020	2021	2022

	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
CAPES	5,3	5,4	4,3	4,1	3,8	4	3,8	2,1
CNPQ	1,9	1,9	1,6	1,6	1,4	1,4	1,4	764,7 mi

Fonte: Siga Brasil, Elaboração Própria. Dados deflacionados pelo IPCA. *Pago até julho de 2022

O governo Bolsonaro inicia sua gestão no dia 1 de janeiro de 2019. Entretanto, mesmo quando ainda era somente candidato à presidência, as análises feitas por sua equipe eram de que a educação estava em colapso, e sua proposta de ação seria: “dar um salto de qualidade na educação, com ênfase na infantil, básica e técnica, *sem doutrinar*.” A expectativa do governo era fazer um ensino superior forte, para produzir avanços em produtividade, extração das riquezas do país, desenvolver novos produtos, realizar parcerias com a iniciativa privada e, por fim, estimular os jovens ao empreendedorismo, como forma de incentivar que já saíssem das universidades com seus “próprios” negócios, ou seja, tratava-se de colar a universidade no mercado.

Detendo-nos nas ações do governo até agosto de 2022 na Educação Superior Pública, é possível notar que o governo Bolsonaro foi mudando seus planos com passar dos meses e anos. O primeiro ministro do governo Bolsonaro para a educação foi Ricardo Vélez Rodriguez, colombiano naturalizado brasileiro, filósofo, teólogo e professor-emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). É importante destacar que no discurso de posse de Jair Bolsonaro, ele indica que vai colocar em prática “um projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu e que é preciso combater a ideologização das crianças e a desvirtuação dos Direitos Humanos estabelecendo padrões éticos e morais, fazendo as reformas necessárias e desburocratizando o governo”. Ainda segundo o Presidente: “vamos priorizar a educação básica, a educação das nossas crianças e adolescentes que são o futuro do Brasil.” Os dados acima desmentem qualquer prioridade na Educação, inclusive na educação básica. A gestão Vélez Rodrigues foi marcada por polêmicas e conflitos internos no MEC, caracterizando-se por uma forte disputa interna com uma ala “Olavista”³ sobre o ensino técnico e militar no MEC. Seu tempo no ministério foi datado e com declarações ofensivas e inconstitucionais sobre a educação brasileira, com destaque para duas falas que tiveram muita repercussão: “educação não é para todos” e “a

3 Com referência ao filósofo/astrólogo Olavo de Carvalho, cujo pensamento reacionário inspirou e ainda orienta as hostes bolsonaristas.

ideia de que o ensino superior deve ser para todos não existe”.

Após um período inferior a três meses, o ministro foi substituído por Abraham Weintraub, um economista ultraneoliberal, sem experiência com educação. Weintraub esteve à frente do MEC entre abril de 2019 e junho de 2020, e também teve a gestão marcada por polêmicas e retrocessos no campo educacional, sendo o ministro que mais atacou a universidade pública. Seus petardos foram direcionados a alunos, professores e pesquisadores e tiveram bastante repercussão na mídia nacional, por meio da disseminação de notícias falsas, as chamadas *fake news*, de comentários agressivos, e de constante ameaça de mais perdas de direitos e corte ainda mais amplo de recursos para as universidades. Exemplo disso, é sua afirmação de que as universidades públicas ao invés de pesquisar como melhorar a performance acadêmica, estariam fazendo “balbúrdia”, afirmando ainda o uso de drogas nos campi por professores e alunos. Após essas declarações, o ministério realizou uma agenda de nítida e drástica redução dos recursos nas universidades federais, como se viu, e de restrição à programas de inclusão e permanência. Tais cortes foram acompanhados de uma proposta de reestruturação do sistema de financiamento da educação superior pública que incluía a implementação de mensalidades nas universidades federais.

A única proposta de maior fôlego no período em análise, endereçada ao ensino superior, foi o programa Future-se, lançado em julho de 2019, destinado a reestruturar o financiamento do ensino público superior ampliando o acesso aos recursos privados como forma de financiar as atividades das universidades. O principal ponto do programa é o de que as universidades possam captar seus recursos próprios, com contratação de organizações sociais ou de Fundações de Apoio para a execução de atividades, e a possibilidade de que as universidades realizem parcerias com a iniciativa privada. A adesão ao programa é voluntária e contém três eixos: um de gestão e governança, outro de empreendedorismo na pesquisa e inovação e, por último, a internacionalização. A maior crítica ao programa é à desobrigação da alocação dos recursos orçamentários obrigatórios para as Universidades – como já está em curso, bem como que esta é uma agenda a longo prazo de mercantilização da educação brasileira, que coloca em risco a autonomia universitária.

Vale lembrar que, além de toda essa movimentação descrita nas linhas anteriores, em dezembro de 2019, Bolsonaro assinou a Medida Provisória (MP) 914 destinada a mudar a maneira como são eleitos os reitores das universidades e institutos federais, tirando

poderes dos Conselhos Universitários no processo de escolha dos dirigentes. Entretanto esta MP perdeu a validade em junho de 2020, pois não foi ratificada pelo Congresso Nacional. Se algumas dessas propostas não prosperaram graças às resistências da comunidade universitária, no que diz respeito à asfixia da educação superior como forma de pressão para acatar tais direcionamentos, esta foi intensa e visível. A universidade pública, a pesquisa científica e a educação em geral padeceram seus piores momentos históricos entre 2019 e 2022.

Com o bloqueio de verbas promovido pelo governo federal para o custeio das universidades públicas, diversas instituições de ensino superior do país afirmam que não conseguirão manter-se funcionando neste segundo semestre de 2022. Na Bahia, o Instituto Federal da Bahia e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) já se pronunciaram afirmando que, caso o bloqueio se mantenha, devem suspender seu funcionamento em setembro. Ana Lúcia Góes, Reitora da UFRB, disse ao Jornal Brasil de Fato:

“No último dia 27 de maio, as universidades públicas foram negativamente surpreendidas pelo anúncio do MEC de um bloqueio de 14,5% do orçamento discricionário das instituições federais de ensino superior, isso representa algo em torno de R\$ 3 bilhões. Esse orçamento é para pagar o custeio, que são as despesas elementares, como água, energia, serviços terceirizados de segurança, portaria, limpeza, manutenção em geral, além de bolsas de monitoria e pesquisas acadêmicas e bolsas de assistência estudantil. Então, no caso da UFBA, esse bloqueio corresponde a mais de R\$ 26 milhões. E o impacto disso nas universidades baianas é a incapacidade de pagar as despesas básicas para manter as instituições funcionando no segundo semestre de 2022. Estamos falando de limpeza, segurança e infraestrutura. O Instituto Federal da Bahia e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia já emitiram notas de que não conseguirão continuar após setembro. Então é o colapso das instituições federais de ensino superior.”⁴

A UFRJ, uma das mais antigas instituições de educação do país, possui atualmente 55 mil alunos de graduação e cerca de 15 mil na pós-graduação. Segundo a Reitora da UFRJ, Denise Carvalho: “O orçamento de 2022 da UFRJ era de R\$ 329 milhões. Com o

⁴<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/12/cortes-e-bloqueios-de-verbas-colocam-em-risco-atividades-das-universidades-publicas>

remanejamento, o valor final tem chance de cair para algo em torno de R\$ 306 milhões. É um orçamento muito longe do que a UFRJ precisa. Lembrando que na discussão do orçamento do ano passado, a UFRJ reivindicava, pelo menos, o orçamento de 2019 corrigido pela inflação: o orçamento era de cerca de R\$ 374 milhões”, disse.

Com todas essas reportagens, declarações e elementos do orçamento, podemos observar quanto ao ensino superior brasileiro, que desde o início do seu mandato como Presidente da República, o interesse de Jair Bolsonaro e seus ministros da educação nunca foi fortalecer e ampliar a educação pública e gratuita no Brasil. Com diversas falas caluniosas e preconceituosas, vimos a comunicação do MEC para com a população, sempre na tentativa de usar a mídia para criar uma imagem das universidades como instituições falidas, sem projeto e custosas para os cofres públicos.

Desde 2020, com a pandemia, tivemos a certeza de como é importante ter um país que investe em ciência e pesquisa, e de que as aulas sejam presenciais para que o ensino seja de qualidade. Nesse ano de 2022, tivemos recorde de homens e mulheres negros nas universidades do Brasil, com crescimento de quase 400% chegando a 38,15% total de matriculados por conta da política de cotas. E é isso que o atrasado e reacionário governo Bolsonaro não suporta, ao que tudo indica.

2. Orçamento Federal da Cultura

Quando tratamos de orçamento público, estamos falando de um objeto iminentemente político, que distribui grandes massas monetárias – em 2022 o orçamento brasileiro sem o refinanciamento da dívida pública está na ordem de R\$ 3,2 trilhões. Dependendo de onde os recursos são alocados, pode ou não colaborar diretamente com o desenvolvimento social e econômico, já que sua alocação expressa um projeto. Assim, requer escolhas políticas, e essas dependem, também, da organização e pressão da sociedade, o que contraria muitas vezes os interesses de grupos e setores poderosos. Dito isso, ao trabalharmos diretamente com a função Cultura é preciso que todos(as), sobretudo aqueles(as) que estejam na formulação, elaboração e implementação das políticas culturais, também se insiram na luta pela disputa do fundo público. É preciso que a sociedade construa, planeje e desenvolva as políticas públicas que são parte de suas vivências cotidianas.

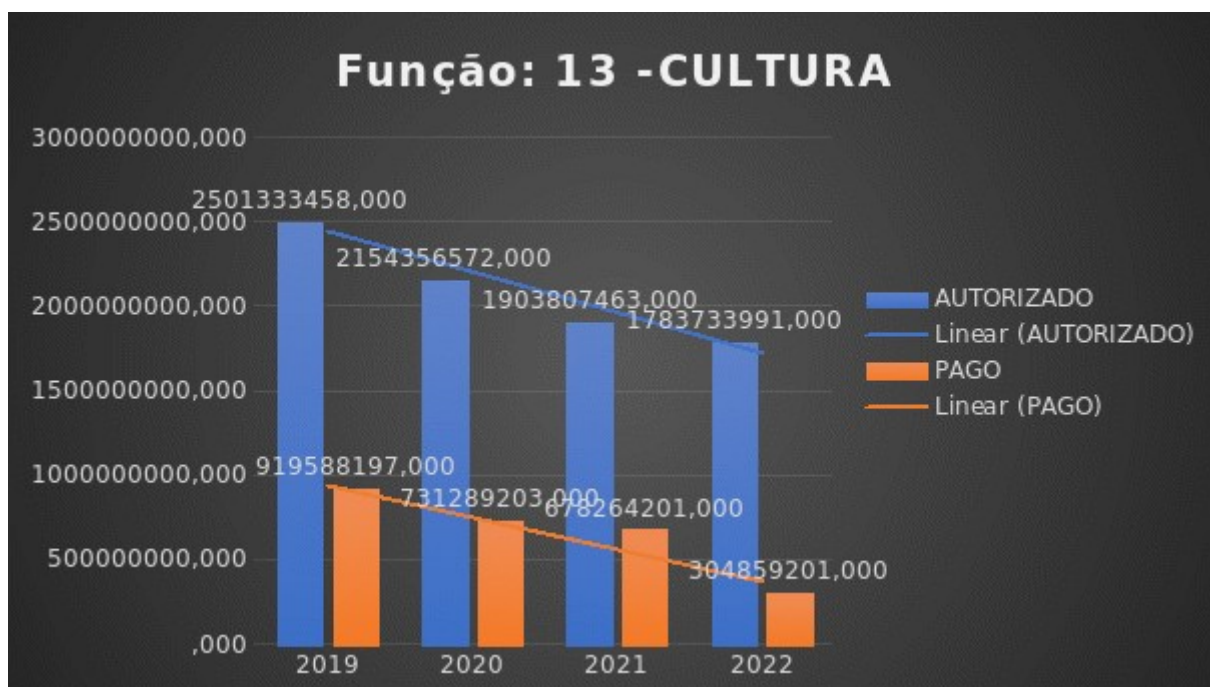
A cultura é um direito tão necessário e essencial como os demais direitos humanos, respaldados em nossa Constituição Federal, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em tratados e convenções internacionais. Além de direito, a cultura tem papel primordial no despertar da consciência, em difusão de valores, em ascender e promover possibilidades de transformação social. Sabemos que o capitalismo, em crise e decadência, em que o Brasil se encaixa, é passível de particularidades. O desenvolvimento retardatário do capitalismo brasileiro o torna heterônomo e excludente, o que gera consequências nos processos que são decididos pelo alto, o que significa pensar que toda sociedade brasileira é fundada sob perspectivas burguesas. Consequentemente, estamos falando de valores, ações e formas de viver de uma sociedade na qual, na maioria das vezes, são dadas como imutáveis, o que é benéfico à dominação de classe. Fica um pouco mais nítido, então, o porquê de a cultura ser tão desvalorizada dentro do orçamento público no atual governo ultraneoliberal: difundir valores e despertar consciências cria um embate direto com os interesses capitalistas de dominação, exploração e opressão. Em especial no ambiente ultraneoliberal e neofascista (Behring, 2021; Matos, 2020) de “guerra cultural”.

Na análise do orçamento da cultura no período de 2019 a 2022, com dados atualizados até julho, levando em consideração a pandemia de COVID-19, temos os números e as tendências da queda dramática de recursos que a função vem sofrendo ano após ano. E não cabe apenas dizer sobre essa queda de recursos, mas levar em consideração também as mudanças internas da função cultura, o que pode ser espelhado nas tragédias frequentes em espaços e setores culturais. Tivemos nesses anos a diminuição de programas, e altas em valores autorizados, tal como na educação que vimos no item anterior, não foram acompanhadas pelo efetivamente pago. Na subfunção “Difusão Cultural”, observamos a constante queda nos valores das ações, que acompanha a diminuição de recursos da função no geral. É passível de análise, ainda, o quanto a cultura participa dentro do orçamento efetivo da união, comparado às demais funções e aos gastos com juros, encargos e amortizações da dívida pública.

A cultura, em 2019, já no primeiro ano de vigência do atual governo Bolsonaro, mas ainda sob o Plano Plurianual (PPA) do governo Temer, teve de aportes autorizados R\$ 2.501,0 bi e R\$ 919,0 mi pagos, esse valor diminui no ano seguinte, quando, aí sim, se inicia o PPA do governo Bolsonaro. De 2019 para 2020 o orçamento da função cultura apresenta um declínio, perdendo R\$ 346,9 mi do seu orçamento autorizado e R\$ 188,2 mi do pago, o que já é bastante expressivo. Sendo 2020 o primeiro ano de pandemia, a queda do ano de

2020 para 2021 se agrava: os recursos autorizados caem mais R\$ 250,5 mi; já no pago, a queda é de mais R\$ 53,0 mi. Quanto aos dados até então disponíveis do ano de 2022, a tendência ainda é de diminuição de recursos. A função cultura perdeu R\$ 139,4 mi do seu orçamento autorizado e R\$ 381,1 mi do pago. Houve uma perda total de aproximadamente R\$ 736,8 mi no autorizado e de R\$ 622,3 do pago, se comparado o início da análise no ano de 2019 até o atual período (07/2022). Ressaltando, mais uma vez, a distância entre recursos autorizados e pagos ao longo de todo o período analisado. Vejamos o Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1:
Função Cultura no Período de 2019 - 2022



Fonte: Siga Brasil, Elaboração Própria. Dados deflacionados pelo IPCA. *Pago até julho de 2022

Dentro dos programas da cultura, é curiosa a diminuição de quatro programas anteriormente existentes para três novos, de 2019 para 2020, onde um novo programa, genericamente chamado “Cultura”, recebe a maioria do aporte de recursos. Na passagem de 2020 para 2021, desses três novos programas, apenas dois se mantêm, e isso até o atual momento de 2022. É importante observar que dos quatro programas de 2019 que deixaram de existir, três são significativos em abrangentes sentidos. Por exemplo, o

programa “Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura”, era de se esperar que fosse desfeito já que, em 1º de janeiro de 2019, a partir da “reforma” administrativa do governo Bolsonaro, o Ministério da Cultura (MinC) foi oficial e injustificavelmente extinto, esse que existia desde 15 de março de 1985! Outro programa extinto foi o de “Proteção e Promoção dos Direitos Indígenas”, o que não surpreende, vistos os frequentes ataques aos direitos indígenas feitos por parte do atual presidente e seu governo. Por fim o programa “Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento”, como já dito anteriormente, espaços e ações que possam enunciar algum confronto à lógica da “guerra cultural” assumida por esses setores são rapidamente exonerados, mesmo que não tenham qualquer conteúdo anticapitalista. Cabe dizer que os programas extintos podem ter sido alocados nesse novo programa chamado Cultura. Vejam, essa é uma possibilidade e não uma regra, e mesmo que isso tenha sido concreto, ainda é questionável o porquê de uma única ação englobando todos os programas.

Quanto às subfunções, nelas não há mudanças significativas, mas analisando-as mais minuciosamente, somos levados a relacionar sua dinâmica a acontecimentos de um passado recente. São elas: a subfunção “Difusão Cultural”, em resumidas palavras responsável por ações de democratização ao acesso aos bens culturais; e a subfunção “Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico” que trata da conservação de um conjunto de bens culturais, memoráveis da história do Brasil. Ambas se encontram ano após ano perdendo recursos significativamente em seus valores pagos, onde em 2019 o valor pago da subfunção “Difusão Cultural” foi de R\$ 158,0 mi; e em 2022 se encontra em R\$ 45,7 mi (?!). Mesmo que esse valor se altere até dezembro de 2022, a tendência nos quatro anos analisados foi de diminuição de recursos. O mesmo aconteceu com a outra subfunção mencionada: em 2019, o pago foi de R\$ 109,4 mi, e caiu para R\$ 11,2 mi, até julho de 2022.

Tabela 4
Subfunção - Difusão Cultural

Subfunção: Difusão Cultural				
ANO	2019	2020	2021	2022*
PAGO	R\$ 158,0	R\$ 110,6	113,2	R\$ 45,7

Fonte: Siga Brasil, Elaboração Própria. Dados deflacionados pelo IPCA. *Pago até julho de 2022

Tabela 5:

Subfunção - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

Subfunção - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico				
ANO	2019	2020	2021	2022
PAGO	R\$ 109,4	R\$ 29,5	R\$ 27,8	R\$ 11,2

Fonte: Siga Brasil, Elaboração Própria. Dados deflacionados pelo IPCA. *Pago até julho de 2022

Na realidade, constatar essa constante queda orçamentária dentro da função cultura nos remete às tragédias concretas nos espaços culturais. Em 2018, tivemos uma perda irreparável tanto para história quanto para memória do país: o incêndio no Museu Nacional, que teve sua causa devido à falta de manutenção adequada e de investimentos. Mesmo que o ano do ocorrido não esteja no marco temporal da análise aqui realizada, cabe trazer que em 2018 a função cultura já se encontrava nessa tendência de perda de recursos, tendência essa que se evidencia desde 2013, e que se agrava a partir de 2016, não surpreendentemente, ano do já referido golpe de estado de novo tipo. Já em 2021, o incêndio no galpão da Cinemateca Brasileira de cinema e outros materiais, em São Paulo, decorreu da mesma falta de manutenção e investimento por parte do governo, o que fez com que as chamas queimassem uma parte relevante do audiovisual do país, de importância inestimável. Esses são dois exemplos, mas não únicos, do abandono do patrimônio cultural, e da política perversa dos governos ultraneoliberais.

Os quatro anos em análise mostram que as sete ações de maior aporte de recursos se mantiveram, porém diminuem ano a ano. O exemplo mais significativo é o da ação “Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro” que em 2019, trazendo dados do que foi pago, teve o orçamento de R\$ 33,8 mi, caindo drasticamente para R\$ 9,8 mi em 2020, mantendo-se estável - R\$ 10,0 mi - em 2021. No ano de 2022, até então (julho), está em R\$ 2,4 mi, deixando evidente a política de desmonte que o atual governo segue mantendo, mesmo diante dos exemplos concretos do que acontece, decorrente da prática dos cortes. Comparado a 2018, ano da tragédia do Museu Nacional, essa ação teve pagos R\$ 18,4 mi,

o que significa que para o ano de 2019 esse valor aumenta um pouco mais que o dobro, mesmo que na prática isso não tenha efeito positivo dentro dos espaços culturais naquele ano, ainda sob o orçamento do governo anterior. Depois vieram apenas cortes em sequência.

Diante do que até então foi apresentado, é preciso levar em consideração que no ano de 2020 uma crise mundial sanitária se instala, e isso afetou a vida de todos(as). Porém, a COVID-19 não cria a crise, mas ela traz efervescência ao que já estava presente na nossa sociedade, imersa no ultraneoliberalismo. Falando da cultura, este é um setor desvalorizado no Brasil, mesmo que responsável por produzir 2,5% do PIB nacional, segundo a Firjan (2021). Então, em um momento que vivemos o *lockdown*, essa área que tem maior abrangência na interação humana com pessoas e espaços diversos, se encontrou em uma realidade especialmente dura. O setor cultural foi um dos primeiros a paralisar as atividades de público, e também um dos últimos a retornar à “normalidade”. Por isso foi necessária, tanto para o artista quanto para a gestão pública, a reinvenção da produção das ações de cultura. Por outro lado, revelou-se a imensidão que a cultura assume na vida cotidiana, pois esta foi essencial em períodos isolados, como a música, o cinema, a arte artesanal, a literatura, dentre outros meios onde a cultura se faz presente, e que foi responsável por um certo “alívio” em meio ao caos do período pandêmico.

Para além da análise dos dados orçamentários, é fundamental o assistente social colaborar para a promoção do direito à cultura, e estimular tanto a produção de bens culturais quanto a democratização do acesso. Esses são passos para a garantia, consolidação, promoção e valorização dos direitos culturais, junto ao estímulo à participação popular nos processos de transparência na alocação dos recursos públicos diante da disputa do fundo público. É preciso entender e repassar que a negligência com o patrimônio cultural é também negligência direta com o povo e sua história. Sem contar que, em um lugar onde não há atividades culturais, a violência vira um espetáculo. Um país que precariza a sua própria cultura é um país sem futuro. É na cultura que se constrói a história e as memórias, é o que nos torna parte da comunidade.

Notas Conclusivas

Enquanto escrevíamos este trabalho, dois acontecimentos corroboraram nossa caracterização de que as áreas de Educação, Ciência e Tecnologia e Cultura estão sendo

asfixiadas e destruídas: o adiamento da implementação de duas leis aprovadas pelo Congresso, nominadas Lei Paulo Gustavo e Lei Aldir Blanc, artistas que faleceram na pandemia, e que aportaria recursos de apoio à Cultura já neste ano; e a assinatura pelo Presidente da Medida Provisória nº 1.135, de 26 de agosto de 2022, que altera e na prática contingencia/corta recursos do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia. Segundo nota de várias entidades científicas e universitárias, cerca de 70 ações serão prejudicadas neste e nos próximos anos, já que o CNPq, a FINEP e outros organismos ligados ao Ministério da Ciência e Tecnologia vão sofrer duros cortes de recursos para além do que já mostramos linhas acima. O extermínio do futuro continua. Urge colocar um freio à destruição.

Referências Bibliográficas

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo Público, Valor e Política Social. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti & MENDES Jussara Maria Rosa. Tendências e tensões da pesquisa e da pós-graduação na área de serviço social no CNPQ In: JOAZEIRO, Edna Maria Goulart, GOMES, Vera Batista (Orgs). Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos. Teresina: EDUFPI, 2020.

DEMIER, Felipe. Depois do Golpe. A dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

LEHER, Roberto. Esboço de análise sobre o Projeto de Lei do Future-se. São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil, 2020 Disponível em: <https://diplomatique.org.br/projeto-de-lei-do-future-se/>

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro – neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

VVAA. Governo Federal Sacrifica a Ciência Brasileira. Nota Pública. Brasília, 30 de agosto de 2022.

Sítios Pesquisados

<https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/03/21/noticia-diversidade,1354302/brasil-tem-mais-negros-em-universidades-mas-eles-sao-minoria-nas-empresas.shtml>

<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/222-noticias/537011943/72431-ricardo-velez-rodriguez-e-nomeado-ministro-da-educacao-posse-ocorre-nesta-quarta-feira-2>

<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/relembre-as-polemicas-da-gestao-velez-rodriguez-no-ministerio-da-educacao-23481992>

<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/relembre-as-polemicas-da-gestao-velez-rodriguez-no-ministerio-da-educacao-23481992><https://www.gazetadopovo.com.br/republica/o-que-bolsonaro-fez-na-educacao-2019/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-corte-no-orcamento-88-das-universidades-federais-tem-prejuizos-diz-andifes/>

<https://jornal.usp.br/cultura/destruicao-da-cultura-no-governo-bolsonaro-e-tema-de-livro/>

<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/09/4947344-incendio-no-museu-nacional-no-rio-de-janeiro-completa-tres-anos-relembre.html>

<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/30/o-que-se-perde-quando-o-acervo-de-uma-cinemateca-queima>

<https://blog.incentiv.me/2021/04/28/economia-da-cultura-como-a-cultura-movimenta-a-economia/>

https://culturaeumdireito.niteroi.rj.gov.br/cms/uploads/revista_fa0c9870f2.pdf

,